



Materialidade e *disclosure* das informações sobre propriedades para investimento.

Régis Barroso Silva

Centro Universitário Christus - Unichristus
regis.silva@alu.ufc.br

Bruno Goes Pinheiro

Banco do Nordeste do Brasil - BNB
brunogoesp@gmail.com

Vera Maria Rodrigues Ponte

UFC – Universidade Federal do Ceará
vponte@fortalnet.com.br

Sylvia Rejane Magalhães Domingos

UFC – Universidade Federal do Ceará
sylvia_rejane@hotmail.com

ISSN: 1984-6266

Recebimento:

19/03/2018

Aprovação:

29/01/2019

**Editor responsável pela
aprovação do artigo:**

Dr. Flaviano Costa

**Editor responsável pela edição do
artigo:**

Dr. Flaviano Costa

Avaliado pelo sistema:

Double Blind Review

A reprodução dos artigos, total ou parcial,
pode ser feita desde que citada a fonte.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo principal analisar a relação entre o *disclosure* e a materialidade nas informações sobre propriedades para investimentos e especificamente: (i) identificar o nível de *disclosure* das companhias às exigências requeridas pelo CPC 28 - Propriedades para Investimento, comparando os grupos de empresas a partir do método de avaliação adotado (método do custo e método do valor justo); (ii) confrontar o nível de *disclosure* dos anos analisados (2015 versus 2016); (iii) apontar a materialidade das propriedades para investimento, verificando a relação com o nível de *disclosure* das informações reportadas. A população da pesquisa reuniu as empresas listadas na bolsa de valores brasileira nos exercícios de 2015 e 2016. Ao final, foi extraída uma amostra de 34 empresas no ano de 2015 e 34 no ano de 2016, que são as empresas que apresentaram informações sobre propriedades para investimento nos anos investigados. Foi realizada a coleta das informações sobre materialidade através do *software* Economática® e também elaborada uma métrica para o cálculo do *disclosure* com base nas exigências constantes no CPC 28. A análise dos dados contemplou o uso de testes de diferenças entre médias e de regressão linear múltipla. Como resultados, foi possível constatar que existem diferenças estatisticamente significantes entre o *disclosure* nas empresas que adotam os métodos de avaliação pelo custo ou valor justo e, além disso, foi verificado que, apesar da exposição do OCPC 07 em 2014, não ocorreu diferença estatística entre os níveis de *disclosure* dos anos analisados. Também, foram encontrados subsídios que apontam para uma associação positiva da materialidade das propriedades para investimento e o nível de *disclosure*. Os resultados reforçam que a materialidade (mensurada pela magnitude de um item) é utilizada como parâmetro para a divulgação de informações acerca das propriedades para investimento.

Palavras-chave: Materialidade. *Disclosure*. Propriedades para Investimento.



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CONTABILIDADE
MESTRADO E DOUTORADO

DOI:

<http://dx.doi.org/10.5380/rc&c.v10i2.58505>

MATERIALITY AND DISCLOSURE OF INVESTMENT PROPERTY INFORMATION

ABSTRACT

The main objective of the research is to analyze the relationship between disclosure and materiality in information on investment properties and specifically: (i) to identify the level of disclosure of companies to the requirements required by CPC 28 - Investment Properties, comparing the groups of companies based on the valuation method adopted (cost method and fair value method); (ii) comparing the level of disclosure of the analyzed years (2015 versus 2016); (iii) point out the materiality of the investment properties, verifying the relationship with the level of disclosure of the reported information. The research population brought together the companies listed on the Brazilian stock exchange in the years 2015 and 2016. At the end, a sample of 34 companies was extracted in the year 2015 and 34 in the year 2016, which are the companies that presented information about properties investment in the years under investigation. Materiality information was collected through Economática® software and a metric for the calculation of disclosure was also prepared based on the requirements of CPC 28. Data analysis included the use of tests of differences between means and multiple linear regression. As results, it was possible to verify that there are statistically significant differences between disclosure in companies that adopt valuation methods at cost or fair value and, in addition, it was verified that, despite OCPC 07 exposure in 2014, there was no statistical difference between the levels of disclosure of the years analyzed. Also, we found subsidies that point to a positive association of the materiality of the investment properties and the level of disclosure. The results reinforce that the materiality (measured by the magnitude of an item) is used as a parameter for the disclosure of information about investment properties.

Keywords: Materiality. Disclosure. Properties for Investment.

1 Introdução

Segundo Ludícibus (2004), prover informações úteis a seus usuários - objetivo central da contabilidade - é atingido mediante divulgação (*disclosure*) das demonstrações contábeis. No mesmo sentido, Lima (2007) destaca que o *disclosure* das informações contábeis se traduz no conjunto de informações divulgadas pelas empresas com o objetivo de subsidiar as decisões tomadas pelos *stakeholders*.

Martins *et al.* (2013) destacam que o *disclosure*, antes de mais nada, precisa garantir que acionistas e partes interessadas tenham acesso aos resultados das empresas de uma forma que seja possível compreender a natureza do negócio, o seu atual estágio e as suas perspectivas futuras. Dessa forma, segundo Lopes e Martins (2005), a divulgação ou *disclosure* constitui, então, uma das etapas do processo contábil e estabelece um compromisso inalienável da contabilidade com os seus próprios objetivos, ao ponto que fornece informações e auxilia no processo decisório.

Uma vez que a informação contábil tem por função subsidiar o processo decisório, é necessário que tais informações divulgadas sejam dotadas de características qualitativas que permitam aos seus usuários o entendimento completo acerca dos eventos econômicos que afetam a entidade. Dentro desse contexto, o CPC (2014) destaca a existência de extensas discussões acerca da divulgação de informações relevantes nas demonstrações contábeis das entidades.

Para Hendriksen e Van Breda (1999) a informação contábil é relevante quando possui a capacidade de auxiliar os usuários em suas tomadas de decisões e para Camargo e Alberton (2015) a divulgação de informações relevantes é uma das questões centrais da contabilidade, tendo como premissa o entendimento do conceito de materialidade.

Barbosa, Scherer, Scarpin e Murcia (2015) destacam que a informação é material quando a sua omissão ou divulgação distorcida influencia nas decisões dos usuários, logo a informação material é, segundo

Hendriksen e Van Breda (1999), aquela que possui divulgação fundamental e que o seu conhecimento seja imprescindível aos usuários das informações contábeis. Vale ressaltar que o IASB (2013) prevê a possibilidade de omissão das informações requeridas nos normativos, quando não são materiais, desde que se esclareça a razão dessa omissão.

Considerando essas questões, percebe-se que as empresas vêm divulgando uma elevada quantidade de informações que não se traduzem em benefícios informacionais significativos aos seus usuários, não sendo, portanto, relevantes. Adicionalmente, ocorrem dificuldades para o reconhecimento de quais fatos econômicos são materiais, dentro do contexto econômico das entidades, o que leva à divulgação de informações desnecessárias ou à omissão de questões por vezes importantes (CPC, 2014).

Assim, percebe-se a existência de uma preocupação de abrangência nacional e internacional sobre o fato de as demonstrações contábeis estarem tornando-se cada vez maiores e mais onerosas para as empresas, já que com o passar do tempo acaba ocorrendo um acúmulo de exigências de divulgação sem, entretanto, haver uma revisão ou remoção das exigências que não são úteis, relevantes e materiais aos usuários dessas informações.

Diante dos pontos levantados, o estudo tem como propósito responder ao seguinte questionamento: qual a relação existente entre materialidade e *disclosure* das informações reportadas nas demonstrações contábeis? Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo geral investigar a relação entre materialidade e *disclosure* das informações reportadas nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras com ações negociadas na BM&FBovespa, atualmente denominada B3. Em específico, espera-se (i) identificar o nível de *disclosure* das companhias às exigências requeridas pelo CPC 28 - Propriedades para Investimento, comparando os grupos de empresas a partir do método de avaliação adotado (método do custo e método do valor justo); (ii) confrontar o nível de *disclosure* dos anos analisados (2015 *versus* 2016); (iii) apontar a materialidade das Propriedades para Investimento, verificando a relação com o nível de *disclosure* das informações reportadas.

Importa destacar que o uso do CPC 28 se deu pelo fato de que as Propriedades para Investimento representam uma escolha assertiva para analisar o reflexo do julgamento profissional praticado pelos preparadores das demonstrações contábeis, considerando as diferentes escolhas contábeis possíveis, advindas da convergência para as IFRS (Sousa, Botinha, Silva & Lemes, 2015). A adoção da métrica para o cálculo do *disclosure* se baseou em estudos anteriores que já aplicaram esta técnica obtendo sucesso, como Holanda (2015), Mapurunga, Ponte, Coelho e Meneses (2011) e Sousa, Mapurunga e Ponte (2014).

Ademais, verificou-se uma quantidade reduzida de trabalhos que relacionam especificamente *disclosure* e materialidade das informações (Cox, Dayanandan & Donker, 2014; Leite & Pinheiro, 2014; Holanda, 2015; Mota, Brandão & Ponte, 2016), assim, o presente estudo busca avançar nas discussões sobre a qualidade da informação contábil e a relação entre os dois temas.

Diante do exposto, esta pesquisa apresenta-se como relevante porque, com base nos estudos anteriores levantados, se constata uma abordagem limitada na verificação da escolha contábil referente ao método de avaliação da Propriedade para Investimento, além de estudarem a adesão inicial das empresas às IFRS (Andrade, Silva & Malaquias, 2013; Batista, Prado, Machado & Paulo, 2013; Costa, Silva & Laurencel, 2013). Nesse sentido, verifica-se a incipiência de artigos que analisem o nível de *disclosure* das empresas no tocante às Propriedades para Investimentos e a sua materialidade, contribuindo, então, para o desenvolvimento de um debate mais amplo sobre essa relação.

Foram examinadas as notas explicativas das empresas listadas na bolsa de valores brasileira nos exercícios de 2015 e 2016. O nível de *disclosure* foi obtido por meio de uma métrica desenvolvida a partir de itens de divulgação dispostos no pronunciamento técnico CPC 28 que trata especificamente sobre Propriedades para Investimento. Já a materialidade foi calculada sob o aspecto da magnitude, utilizando-se de três diferentes *proxies* que consideram a representatividade entre o saldo da conta Propriedades para Investimento e os saldos do Ativo Total, Ativo Não Circulante e Investimentos, respectivamente. Os dados relativos à materialidade e ao *disclosure* foram submetidos à regressão linear múltipla e teste de diferença entre médias para analisar sua

evolução e proximidade. Destaca-se ainda que foram levantadas variáveis de controle comumente utilizadas em trabalhos envolvendo *disclosure*, utilizando informações extraídas do *software* Economática®.

O estudo estrutura-se em cinco seções, incluindo esta Introdução como a primeira. Na segunda seção apresenta-se o Referencial Teórico da pesquisa, discutindo os temas: *Disclosure*, Materialidade, OCPC 07 e Propriedades para Investimentos. A terceira seção contempla a Metodologia que é composta pela classificação da pesquisa, amostra, modelos e variáveis. A quarta seção apresenta e discute os Resultados encontrados. Por fim, a quinta e última seção contempla as Conclusões do trabalho.

2 Referencial Teórico

Um dos objetivos da divulgação contábil é o fornecimento, aos usuários, de informações que sejam úteis na tomada de decisões e nas avaliações em geral (Fipecafi, 2010), ou seja, a divulgação não deve priorizar usuários ou grupos específicos e sim atender as demandas informacionais de diferentes interessados. A divulgação de informações pode ocorrer pelas empresas de duas formas, uma delas é a obrigatória, quando há leis que impõem que as empresas publiquem determinadas informações e a outra é a divulgação voluntária, ou seja, não obrigatória, que ocorre quando são divulgadas informações além daquelas exigidas pelas leis.

Com relação à divulgação voluntária, esta tem como principal premissa o fato de as empresas que praticam tal ação são mais transparentes perante o mercado, tornando-as mais bem vistas pelos seus investidores, clientes, fornecedores e credores (Almeida & Santos, 2014). Meek, Roberts e Gray (1995) acrescentam que o *disclosure* voluntário traduz-se naquilo que excede as exigências da lei e apresenta uma escolha livre por parte dos gestores em divulgar essas informações adicionais.

Destarte, Almeida e Santos (2014) estabelecem que independente da forma como se dá a divulgação, ela tem como premissa a redução da assimetria informacional presente no mercado e com isso gerar maior segurança para os investidores. Logo, o *disclosure* possibilita que a empresa transmita informações confiáveis para a gestão, auxiliando nas decisões e reduzindo os custos de agência (Lima, 2007).

Apesar da existência de benefícios, a prática do *disclosure* acaba incorrendo em custos para as empresas. Nesse contexto, Mapurunga *et al.* (2011) destaca que devido aos elevados custos com a divulgação e a incerteza dos benefícios gerados as empresas acabam realizando uma análise crítica entre custos e benefícios referentes à decisão de divulgar informações voluntárias.

Muitos estudos se desenvolveram com o objetivo de avaliar a divulgação voluntária, suas motivações e a relação com o desempenho das empresas. Nessa mesma linha de pesquisa, entre os anos de 2000 e 2001, Verrecchia, a pedido do periódico *Journal Accounting and Economics*, elaborou artigos científicos sobre o tema *disclosure* (Beuren & Angonese, 2015). Seus artigos constituíram referência no tema e incentivaram mais pesquisas com relação a importância da evidenciação de informações para o mercado de capitais, no intuito de melhorar a teoria que explica tal fenômeno (Beuren & Angonese, 2015).

Verrecchia (2001) propôs uma taxonomia em três grandes categorias de pesquisas contábeis sobre *disclosure*, a primeira é a *association-based disclosure* que é caracterizada pelo efeito da divulgação sobre a variação acumulada das ações dos investidores, principalmente através do comportamento dos preços dos ativos e volume de negociação da empresa. A segunda categoria é o *discretionary-based disclosure* no qual examina os incentivos dos gestores e das empresas para a divulgação de informações, e é tratado como um evento endógeno. A terceira categoria é o *efficiency-based disclosure* no qual o autor discute os arranjos de divulgação que são preferidos na ausência de conhecimento prévio a informação, ou seja, divulgação incondicional.

Assim, conforme Rover, Borba e Murcia (2009), a Teoria da Divulgação faz parte do campo de estudo positivo da contabilidade – final do século XX – e se contrapõe à contabilidade normativa no tocante à metodologia e objetivos, já que se baseia em evidências empíricas e modelos matemáticos oriundos da

economia para explicar e tentar prever a realidade. Ainda segundo os autores, o principal objetivo da Teoria da Divulgação reside no fato de explicar como ocorre, pelas empresas, a divulgação das informações financeiras.

Um fato importante sobre o *disclosure* é a preocupação dos agentes com a qualidade das informações reportadas, já que estas influenciam nas decisões de investimentos, sendo utilizadas pelos analistas de mercado nas previsões e recomendações sobre o mercado financeiro. Barbosa *et al.* (2015) estabelece que essas previsões necessitam estar embasadas por uma boa qualidade das informações divulgadas pelas empresas. Coelho, Niyama e Rodrigues (2011) afirmam que a qualidade da informação contábil significa qualidade nos relatórios contábeis, e que quanto menor a manipulação dos resultados, e maior a transparência das informações melhor será a sua qualidade. A melhora na qualidade da informação contábil tem capacidade de reduzir os custos de agência (Antunes, Teixeira, Costa & Nossa, 2010). Santana, Teixeira, Cunha & Bezerra (2014) ressaltam que um fator que pode contribuir para uma baixa qualidade da informação contábil, são contadores que utilizam padrões fracos de contabilidade, e que apenas expõem os números da empresa, sem torná-los informativos.

A qualidade da informação está atrelada a evidenciação de informação relevante, a qual apresenta um aspecto baseado na natureza ou na magnitude: a materialidade. De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) através de seu Pronunciamento Conceitual Básico (CPC, 2011), uma informação é material quando a sua eliminação ou divulgação distorcida (*misstating*) puder interferir nas decisões que os *stakeholders* irão tomar com base na informação contábil-financeira divulgada por tal entidade. A materialidade tem um aspecto de relevância específica para cada entidade, baseado na natureza ou magnitude do qual o item da informação está relacionado no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular, portanto, não existe um limite quantitativo uniforme para materialidade que se possa julgar um item como material ou não (CPC, 2011).

Murcia e Santos (2010) acreditam que de maneira geral as empresas excedem o que é requerido por lei, divulgando informações que podem ser desnecessárias. Portanto, a divulgação de informações além das exigidas por lei pode ser de informações que não apresentam materialidade. Nesse sentido, percebe-se que as empresas buscam atender os critérios estabelecidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações sem antes observar o critério da relevância. Segundo o CPC (2014) já existe uma movimentação internacional que aborda essa temática, como por exemplo o *Accounting Standards Advisory Forum* realizado em 2013 pelo IASB e do documento divulgado pela EFRAG em 2012 denominado *Towards a Disclosure Framework for the Notes* que discute especificamente a forma ideal para a elaboração das Notas Explicativas.

No Brasil, em 2014 o CPC divulgou a Orientação Técnica OCPC 07, que tem como objetivo tratar dos requisitos básicos da elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral pelas empresas. A razão da emissão do OCPC 07 é o volume de informações contido na divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral que tem provocado grandes questionamentos pelos agentes do mercado em relação à extensão do material apresentado. Muitos agentes têm notado a existência de informações irrelevantes, ao mesmo tempo em que se comentam faltas de informações relevantes. Portanto, a reprodução de informações muitas vezes dadas como desnecessárias estaria trazendo como consequência o aumento do custo da elaboração e da divulgação, o que também é foco de reclamações dos diversos agentes do mercado.

Percebe-se que o tema *disclosure* é tratado com inúmeras temáticas, como: *disclosure* e demonstrações contábeis públicas (Augustinho, Oliveira & Guimarães, 2015), pagamento baseado em ações (Mapurunga, Moraes, Ponte, Rebouças & Carneiro, 2015), ativo imobilizado (Kaveski, Carpes & Klann, 2015), ativo intangível (Moura, Varela & Beuren, 2014), valor recuperável dos ativos (Mazzioni, Politelo, Moreira & Klann, 2014), questões ambientais (Marquezan, Seibert, Bartz, Barbosa & Alves, 2015); Santana, Góis, De Luca, Vasconcelos, 2015; Murcia, Fávero, Rover, Lima & Lima, 2008), responsabilidade social corporativa (Almeida & Santos, 2014) e a adesão inicial das empresas às normas internacionais (Andrade, Silva & Malaquias, 2013; Batista *et al.*, 2013; Costa, Silva & Laurencel, 2013). Enquanto outros artigos tentam explicar

as razões do *disclosure* (Beuren & Angonese, 2015; Rufino & Monte, 2014). Além disso, foi percebida a escassez de estudos que investigaram especificamente a relação entre *disclosure* e materialidade das informações (Cox, Dayanandan & Donker, 2014; Leite & Pinheiro, 2014; Holanda, 2015; Mota, Brandão & Ponte, 2016).

Ao analisarem empresas canadenses, Cox, Dayanandan e Donker (2014) investigaram a percepção dos auditores, preparadores e usuários da informação contábil acerca de materialidade com o intuito de identificar quais informações deveriam ser divulgadas e conseqüentemente gerariam menor risco de litígio. Os autores sugeriram que fosse divulgada pelos auditores uma lista de materialidade, uma espécie de resumo, com as diferenças não ajustadas, como distorções, omissões e cálculos de ajustes que em uma base individual não foram considerados materiais na realização da auditoria.

Leite e Pinheiro (2014) analisaram as variáveis – desempenho no campeonato, receitas totais e representatividade (magnitude) do ativo intangível – que influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC 04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor. Os autores contaram que a variável “representatividade do intangível” não se mostrou estatisticamente significativa, logo não foi possível desenvolver nenhuma conclusão sobre a relação entre esta variável e o nível de divulgação do intangível. Ao investigar transações com partes relacionadas, Holanda (2015) constatou que nas demonstrações de algumas empresas da Inglaterra e União Europeia já podem ser verificados casos em que as informações foram omitidas sob a justificativa de não serem materiais. A autora apresentou ainda como importante resultado da pesquisa o fato de nenhuma empresa brasileira ter omitido informações sob a justificativa de não materialidade.

Também investigando clubes de futebol, na pesquisa de Mota, Bradão e Ponte (2016) desenvolveu-se métrica para mensuração do nível de *disclosure*, verificando-se a adesão das empresas às normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e investigou-se a correlação entre a materialidade dos ativos intangíveis e os respectivos níveis de *disclosure* nos clubes de futebol. Os resultados indicaram que a materialidade do ativo intangível e as variáveis de controle oportunidade de crescimento e desempenho em campo influenciam o seu nível de *disclosure*.

Observa-se que os estudos sobre materialidade de *disclosure* são escassos, alguns inconclusivos e outros com evidências antagônicas. No entanto, Iudícibus e Lopes (2004) ressaltam a existência de relação entre evidenciação e materialidade da informação divulgada, já que todas as informações evidenciadas deverão ser relevantes e materiais para os usuários. Para os autores, a divulgação está, basicamente, relacionada a materialidade ou não de um item.

No mesmo sentido, Leite e Pinheiro (2014) apontam que as contas relevantes das organizações devem possuir notas explicativas que as expliquem bem, contribuindo para a melhoria do entendimento dos usuários das demonstrações contábeis. Diante do exposto, elegeu-se a hipótese de pesquisa: **Ho: Materialidade das propriedades para investimentos influencia positivamente no nível de *disclosure* apresentado pelas empresas estudadas.**

3 Procedimentos Metodológicos

Quanto aos objetivos delineados, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, utilizando procedimentos bibliográficos, documentais e análise de conteúdo. Quanto à natureza, o estudo classifica-se como de abordagem quantitativa, já que utilizou procedimentos estatísticos para solucionar o problema de pesquisa e atingir os objetivos estabelecidos.

A população da pesquisa reuniu as empresas listadas na bolsa de valores brasileira nos exercícios de 2015 e 2016. Ao final, foi extraída uma amostra de 34 empresas no ano de 2015 e 34 no ano de 2016, que são as empresas que apresentaram informações sobre propriedades para investimento nos anos investigados.

Após a definição da amostra utilizada na pesquisa, foi mensurada a aderência das empresas à norma a partir do *disclosure* das informações requeridas pelo CPC 28. Essa aderência foi calculada através da elaboração de uma métrica de pesquisa que contemplou as exigências de divulgação previstas nos itens 75 a 79, verificando a aderência das empresas às exigências através de um *check list*. Destaca-se que na construção da métrica de pesquisa o foco principal foi elaborar com base na norma o máximo de exigências de divulgação para que não houvesse margem para atendimento parcial, ficando a métrica composta de um total de 34 itens passíveis de evidenciação pelas empresas analisadas.

Foi estabelecida para a pesquisa a atribuição de “um” quando a empresa atende ao item investigado e “zero” para o item não atendido. Ao final o valor total obtido com os itens atendidos foi dividido pelo total de itens aplicáveis à empresa, resultando em um percentual indicativo do nível de *disclosure* (Owusu-Ansah, 1998; Mapurunga *et al.*, 2015). Destaca-se que uma vez que a empresa divulgou propriedade para investimento, é obrigatório o atendimento dos itens requeridos pelo CPC, dessa forma, não foi utilizado o critério “não se aplica”.

A partir do levantamento bibliográfico realizado constatou-se a existência estudos anteriores que relacionam o *disclosure* com o método de avaliação adotado pela empresa (valor de custo ou valor justo), como os realizados por Maria Júnior, Albino, Rodrigues, Corrêa e Debortoli (2018), Conceição (2009) e Christensen e Nikolaev (2009), encontrando evidências de que as empresas que não divulgam o valor justo de suas propriedades para investimentos possuem maior nível de assimetria informacional e aquelas empresas possuidoras de maior tamanho e endividamento tendem a escolher como base de mensuração o valor justo. Dessa forma, pesquisas que relacionam as variáveis adotadas neste estudo, em especial a materialidade e o *disclosure*, são escassos na literatura, fato que diferencia este trabalho dos demais.

A materialidade das propriedades para investimento foi calculada com relação aos saldos das contas do (i) Ativo Total, (ii) Ativo Não Circulante e (iii) Investimentos. Além disso, o estudo também considerou as variáveis de controle Tamanho, ROA e Endividamento a fim de encontrar um melhor nível de explicação para o modelo adotado, conforme exemplificados na Figura 1. Os dados para compor as variáveis selecionadas foram coletados junto à base de dados Economática® e nos sites da CVM e B3 no mês de novembro de 2017.

Figura 1 - Mensuração das variáveis utilizadas

Variável	Proxy	Fonte de Coleta	Estudos Anteriores
MATER1	Propriedade para Investimento Ativo Total	Demonstrações Financeiras Padronizadas	-
MATER2	Propriedade para Investimento Ativo Não Circulante	Demonstrações Financeiras Padronizadas	-
MATER3	Propriedade para Investimento Investimentos	Demonstrações Financeiras Padronizadas	-
TAM _{t-1}	Logaritmo do Ativo Total	Economática®	Costa, Silva e Laurencel (2013); Jizi <i>et al.</i> (2013)
ROA _{t-1}	<u>Lucro antes dos Juros e Tributos (EBIT)</u> Ativo Total	Economática®	Mota, Brandão e Ponte (2016); Brandão <i>et al.</i> (2013)
END _{t-1}	(Dívida de Curto Prazo + Dívida de Longo Prazo + Debêntures de Curto Prazo + Debêntures de Longo Prazo) / Ativo Total	Economática®	Kavesti, Carpes e Klann (2015)

Fonte: Elaborada pelos autores

A relação entre o *disclosure* e a materialidade foi investigada através da aplicação de Regressão Linear Múltipla e o teste de Diferença entre Médias foi utilizado para verificar a existência de diferenças entre o *disclosure* de 2015 e 2016, adotando um nível de significância de 5%. Dessa forma, o estudo comparou o

mesmo grupo de empresa em dois anos diferentes: Grupo 1, constituído por empresas que apresentaram informações sobre propriedades para investimento no ano de 2015; e Grupo 2, composto pelas empresas que tinham informações de propriedades para investimento no ano de 2016. Ressalta-se que para testar e analisar os dados utilizou-se o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 21.

Convém destacar que a seleção dos anos de 2015 e 2016 é decorrente da divulgação e recomendação da OCPC 07 no ano de 2014, a qual buscou tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação dos relatórios financeiros e em especial das notas explicativas. Assim, espera-se que as entidades passem a divulgar informações utilizando os critérios de materialidade após a divulgação desse normativo e ainda que a melhoria informacional seja percebida em uma curva de aprendizagem ao longo dos anos de 2015 e 2016.

O estudo que se apresenta envolveu um modelo estatístico e como existem três tipos de materialidade (variável independente) o teste constituiu-se de três regressões. Os modelos matemáticos utilizados são assim definidos:

$$DISCL_{i,t} = \alpha + \beta 1MATER1_{i,t} + \beta 2TAM_{i,t} + \beta 3ROA_{i,t} + \beta 4END_{i,t} + \epsilon \quad (1)$$

$$DISCL_{i,t} = \alpha + \beta 1MATER2_{i,t} + \beta 2TAM_{i,t} + \beta 3ROA_{i,t} + \beta 4END_{i,t} + \epsilon \quad (2)$$

$$DISCL_{i,t} = \alpha + \beta 1MATER3_{i,t} + \beta 2TAM_{i,t} + \beta 3ROA_{i,t} + \beta 4END_{i,t} + \epsilon \quad (3)$$

Em que:

$DISCL_{i,t}$: é o *disclosure* de propriedades para investimento da empresa i no ano t;

α é o intercepto da reta;

β são os coeficientes angulares;

$MATER_{i,t}$: materialidade de propriedades para investimento da empresa i no ano t;

$TAM_{i,t}$: tamanho da empresa i no ano t-1 ;

$ROA_{i,t}$: rentabilidade da empresa i no ano t-1 ; e

$END_{i,t}$: endividamento da empresa i no ano t-1.

Destaca-se que o efeito da materialidade de contas específicas sobre o seu *disclosure* foi investigado utilizando modelos de regressão nos ativos intangíveis (Leite & Pinheiro, 2014; Mota; Brandão & Ponte, 2016) e nas transações com partes relacionadas (Holanda, 2015).

4 Análise dos Resultados

Inicialmente, a pesquisa buscou verificar a aplicabilidade do CPC 28 às empresas da amostra selecionada. Nessa fase, observaram-se os itens de divulgação exigidos para que pudessem ser computados e posteriormente fosse possível calcular o nível de *disclosure* da amostra conforme já destacado nos procedimentos metodológicos.

No que tange ao nível de *disclosure* calculado através da relação entre os itens divulgados pela empresa e os itens atendidos, pode-se verificar mediante estatística descritiva apresentada na Tabela 1, uma baixa variabilidade com desvio padrão em torno de 0,29.

Tabela 1: Estatística Descritiva

Variáveis	Média		Mediana		Desvio-padrão		Mínimo		Máximo	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<i>Disclosure</i>	0,57	0,58	0,70	0,67	0,28	0,29	0,10	0,10	0,90	1,00
Materialidade1	0,25	0,27	0,04	0,06	0,34	0,34	0,00	0,00	0,90	1,00
Materialidade2	0,31	0,33	0,08	0,09	0,38	0,38	0,00	0,00	0,97	1,0
Materialidade3	0,78	1,03	0,99	0,99	0,35	1,42	0,01	0,01	1,00	1,00
Tamanho _{t-1}	13,50	12,98	13,78	13,28	1,59	1,65	9,87	9,50	16,07	15,71
ROA _{t-1}	0,03	0,03	0,04	0,04	0,09	0,21	-0,23	-0,60	0,25	0,88
Endivid _{t-1}	0,17	0,22	0,13	0,14	0,14	0,19	0,00	0,00	0,46	0,65

Fonte: Elaborada pelos autores

Conforme Tabela 1, a mediana do *disclosure* foi de 0,67 para o ano de 2016, ou seja, mais da metade das observações obteve uma pontuação maior do que esse valor. O valor mínimo de zero (0,00) observado na Tabela 1 para a materialidade 1 e 2 é devido ao arredondamento para duas casas decimais de todos os valores descritivos, pois os valores mínimos para essas duas variáveis não foram zero, mas próximo deste valor.

No ano de 2015, obteve-se um nível de *disclosure* médio de 0,57 e valor máximo de 0,90 evidenciando que nenhuma empresa atendeu plenamente a todos os itens formulados com base no CPC 28. Verifica-se também que a Materialidade 3, variável que mostra a representatividade das propriedades para investimento na conta de investimentos, apresentou maior média entre as materialidades calculadas, fato que revela o elevado grau de importância desses ativos na composição dos investimentos das empresas.

É possível inferir ainda conforme a Tabela 1 que o presente estudo investiga uma amostra heterogênea, haja vista que a variável tamanho para o ano de 2016 apresentou um alto nível de variabilidade, com desvio-padrão de 1,65. Os dados encontrados revelaram um nível de endividamento em torno de 20%.

Para verificar a existência de diferenças do nível de *disclosure* das propriedades para investimento entre o grupo de empresas que adotam o método do custo e o grupo de empresas que adotam o método valor justo, procedeu-se a realização do teste de diferença entre médias cujos resultados podem ser verificados na Tabela 2. Ressalta-se que não foram obtidas 68 observações nesse teste, pois em 3 observações as empresas não informaram qual método de avaliação estavam aplicando para as propriedades para investimento.

Tabela 2: Testes de diferença entre médias (métodos de avaliação)

<i>Disclosure</i> \ Empresa	Grupo 1 – Método de Avaliação de Prop. Inv. – Custo	Grupo 2 – Método de Avaliação de Prop. Inv. – Justo	Teste t (p-value)
Número de observações	16	49	2,995 (0,004)
Média – Disclosure	0,76	0,54	
Desvio-padrão	0,08	0,29	
Erro padrão da média	0,02	0,04	
Coefficiente de variação	0,10	0,54	

Fonte: Elaborada pelos autores

Com base nas informações da Tabela 2 é possível perceber que há acentuada distorção entre as médias dos grupos analisados com relação a escolha dos métodos de avaliação, no entanto, destaca-se que a média do nível de *disclosure* das informações sobre propriedades para investimento do grupo de empresas que adotam o método do custo supera o nível de *disclosure* das que adotam o método do valor justo. As empresas

que adotam a avaliação pelo método do valor justo apresentam uma maior dispersão do nível de *disclosure* com desvio-padrão de 0,29. Além disso, pode-se verificar que as empresas que avaliam as propriedades para investimento pelo método do custo apresentam mais homogeneidade, já que apresentaram o coeficiente de variação de 0,10.

A Tabela 2 mostra também os resultados encontrados no teste de diferença entre médias realizado com a variável *disclosure* ($p\text{-value} = 0,004$), fornecendo subsídios de que há diferença estatística entre as médias de *disclosure* calculados entre os dois grupos ao nível de significância de 5%. Portanto, pode-se afirmar que no tocante ao nível de *disclosure*, as empresas que adotam o método custo diferem daquelas que adotam o método do valor justo. Ou seja, as empresas que utilizam o método do custo tendem a divulgar mais informações acerca as propriedades para investimento do que as que adotam o método do valor justo, corroborando os achados de Maria Júnior *et al.* (2018).

Para verificar a existência de diferenças entre os anos investigados e o nível de *disclosure* calculado, também foi realizado o teste de diferença entre médias, cujos resultados estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Testes de diferença entre médias (período de análise)

<i>Disclosure</i>	Empresa	Grupo 1 – Ano de 2015	Grupo 2 – Ano de 2016	Teste t ($p\text{-value}$)
Número de observações		34	34	-0,66 (0,948)
Média – Disclosure		0,57	0,58	
Desvio-padrão		0,28	0,29	
Erro padrão da média		0,05	0,05	
Coeficiente de variação		0,49	0,50	

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com a Tabela 3, é possível observar que as empresas apresentaram um maior nível de *disclosure* (0,58) em 2016 se comparadas com o período de 2015. Nota-se que no ano de 2015 empresas apresentaram menor nível de dispersão do *disclosure* com desvio-padrão de 0,28.

A Tabela 3 retrata, também, os resultados encontrados no teste de diferença entre médias realizado com a variável *disclosure* entre os anos estudados, sendo possível verificar um $p\text{-value}$ de 0,948, fato que dá subsídios para a aceitação da hipótese nula, já que este valor é maior do que o nível de significância estabelecido para o teste (5%). Esse resultado, apesar de diferente entre os anos, possibilita apontar que não há diferença estatística entre as médias de *disclosure* calculados entre os dois anos. Dessa forma, com base nos resultados da Tabela 3, pode-se afirmar que no tocante ao *disclosure*, as empresas não diferem entre os anos analisados.

A partir desses achados é possível apontar que não houve melhoria do nível de *disclosure* ao longo dos dois anos analisados. As empresas mantiveram o mesmo nível de divulgação apesar das orientações estabelecidas acerca dos critérios de materialidade das informações, apontando a não observância das recomendações da OCPC 07. Ademais, para os anos investigados pode-se afirmar que não houve curva de aprendizagem para o cumprimento dos requisitos de divulgação do CPC 28.

Antes de partir para a execução da regressão linear múltipla, houve a preocupação em verificar como as variáveis selecionadas estavam correlacionadas, dessa forma, conforme os dados da Tabela 4 constatam-se os níveis de correlação entre essas variáveis.

Tabela 4: Tabela de correlação entre as variáveis do estudo.

Variáveis		Disclosure	MATER1	MATER2	MATER3	Tamanho	ROA	Endiv
Disclosure	Correlação de Pearson	1						
	Sig.							
MATER1	Correlação de Pearson	0,498	1					
	Sig.	0,000						
MATER2	Correlação de Pearson	0,485	0,979	1				
	Sig.	0,000	0,000					
MATER3	Correlação de Pearson	0,199	0,249	0,266	1			
	Sig.	0,103	0,041	0,028				
Tamanho	Correlação de Pearson	-0,058	0,189	0,190	-0,011	1		
	Sig.	0,637	0,122	0,120	0,932			
ROA	Correlação de Pearson	-0,155	-0,138	-0,109	-0,009	0,113	1	
	Sig.	0,208	0,262	0,375	0,941	0,358		
Endiv	Correlação de Pearson	0,178	-0,128	-0,166	-0,195	-0,117	0,232	1
	Sig.	0,207	0,367	0,238	0,166	0,410	0,097	

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com os dados apresentados na Tabela 4 nota-se que as variáveis MATER1 e MATER2 apresentaram nível de correlação com o *disclosure*. Entretanto, vale destacar que apenas através da matriz de correlação apresentada não é possível afirmar que tal relação é de fato estatisticamente significativa.

Dessa forma, o próximo passo da análise dos resultados constituiu-se da realização da regressão linear múltipla com o objetivo de testar estatisticamente a relação entre a materialidade e o *disclosure*. A Tabela 5 a seguir apresenta o resultado consolidado dessa análise.

Tabela 5: Estimação dos modelos.

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2		Modelo 3	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
MATER 1	0,561	0,000***				
MATER 2			0,569	0,000***		
MATER 3					0,200	0,154
TAMANHO	-0,209	0,069*	-0,203	0,076	-0,163	0,240
ROA	-0,183	0,118	-0,202	0,084*	-0,198	0,160
END	0,268	0,026**	0,296	0,014**	0,244	0,094*
N. obs.	68		68		68	
N. empresas	34		34		34	
F	8,382		8,565		2,003	
p-value	0,000		0,000		0,109	
R	0,645		0,649		0,382	
R ²	0,416		0,422		0,146	

Nota: (*) Significância estatística ao nível de 10%.

(**) Significância estatística ao nível de 5%.

(***) Significância estatística ao nível de 1%.

Verifica-se inicialmente que o coeficiente de determinação R^2 apresentou resultados de 41%, 42% e 14% para os modelos propostos, respectivamente. Nota-se ainda que o nível de significância da variável MATER 1 (propriedades para investimento / ativo total) e MATER2 (propriedades para investimento / ativo não circulante) para explicar o *disclosure* alcançou o nível de significância de 1%, sugerindo que a materialidade das propriedades para investimento associa-se positivamente ao nível de *disclosure*.

Nesse sentido e corroborando os resultados de Mota, Brandão e Ponte (2016) ao analisar materialidade e *disclosure* de ativos intangíveis, nota-se que há correlação positiva e significativa entre a materialidade e o nível de *disclosure* das propriedades para investimento, reforçando de que a magnitude de um item é utilizada como parâmetro para a divulgação de informações acerca desse item. Este fato acaba implicando na qualidade da informação contábil, uma vez que a divulgação de informações materiais e, conseqüentemente, relevantes garantem o efetivo uso dessas informações no processo de tomada de decisões.

A variável explicativa ROA também apresentou significância, no modelo 2 proposto, enfatizando que a rentabilidade das empresas está associada de forma negativa ao nível de evidenciação das informações contábeis (Brandão *et al.*, 2013; Magro *et al.*, 2015). O endividamento (END) apresentou significância positiva em todos os modelos do estudo, uma vez que quanto maior o endividamento da empresa maior a necessidade dos credores por informações, favorecendo, assim, o nível de *disclosure* da empresa, corroborando os achados do estudo de Murcia e Santos (2010).

5 Conclusões

A presente pesquisa teve como objetivo geral investigar a relação entre materialidade e *disclosure* das informações reportadas nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras com ações negociadas na B3. Em específico, buscou-se (i) identificar o nível de *disclosure* das companhias às exigências requeridas pelo CPC 28 - Propriedades para Investimento, comparando os grupos de empresas a partir do método de avaliação adotado (método do custo e método do valor justo); (ii) confrontar o nível de *disclosure* dos anos analisados (2015 *versus* 2016); (iii) apontar a materialidade das Propriedades para Investimento, verificando a relação com o nível de *disclosure* das informações reportadas.

Com relação aos procedimentos metodológicos foi realizada a coleta das informações sobre materialidade através do *software* Economática® e também elaborada uma métrica para o cálculo do *disclosure* com base nas exigências constantes no CPC 28. A análise dos dados contemplou o uso de testes de diferenças entre médias e de regressão linear múltipla.

Os resultados obtidos possibilitaram constatar em um primeiro momento a baixa variabilidade dos valores de *disclosure* encontrados, demonstrando que as empresas que apresentam propriedades para investimento em suas demonstrações evidenciam um nível semelhante de informações contábeis. Além disso, pôde-se perceber que nenhuma das empresas pertencentes à amostra atendeu plenamente ao CPC 28, logo não houveram empresas com nível de *disclosure* 100%.

Realizaram-se dois testes de diferenças entre médias, sendo primeiro deles para verificar a existência de diferenças do nível de *disclosure* entre as empresas que adotam o método de avaliação pelo custo e aquelas que adotam o método de avaliação do valor justo, e o segundo teste com o objetivo de constatar a existência de diferenças entre o *disclosure* dos anos investigados. Com base nos resultados desses testes é possível afirmar que existem diferenças estatísticas entre o *disclosure* nas empresas que adotam o método de avaliação pelo custo e pelo método de avaliação pelo valor justo e, além disso, foi verificado que, apesar da divulgação do OCPC 07 em 2014, não ocorreu diferença estatística entre os níveis de *disclosure* dos anos analisados.

Por fim, os achados obtidos com a regressão linear múltipla forneceram subsídios para afirmar que a materialidade das propriedades para investimento (estimada pelo valor das propriedades para investimento pelo ativo total e pelo ativo não circulante) associa-se positivamente ao nível *disclosure*, fato que confirma a

hipótese delineada neste estudo. A partir desses achados, pode-se reforçar o papel da materialidade do fato econômico como guia para o *disclosure* de informações contábeis dotada de qualidade.

A literatura sobre essa temática relaciona diversos trabalhos, principalmente envolvendo o *disclosure*, porém não foram localizados na literatura trabalhos que abordem a investigação da materialidade das propriedades para investimentos e o nível de evidenciação comparando as demonstrações após a OCPC 07. Diante disso, a pesquisa mostrou-se relevante para o campo de estudo da contabilidade, já que com base nos estudos anteriores sobre propriedade para investimento, constatou-se a abordagem frequente de objetivos que se limitam em verificar a escolha contábil do método de mensuração da propriedade para investimento, além de estudarem a adesão inicial das empresas às normas internacionais (Andrade, Silva & Malaquias, 2013; Batista *et al.*, 2013; Costa, Silva & Laurencel, 2013).

Sugerem-se para pesquisas futuras que sejam incluídos maiores intervalos de tempo, a fim de obter um panorama de maior confiança sobre a evidenciação das propriedades para investimento e, além disso, o estudo não considerou o processo de defasagem temporal e outras variáveis que podem traduzir o desempenho das empresas como é o caso do Q de Tobin, Valor de Mercado, dentre outros que podem influenciar ou possuir relação com o nível de *disclosure*.

Referências

- Almeida, M. A. & Santos, J. F. D. (2014). Disclosure voluntário de responsabilidade social corporativa das empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 8 (3), 69-88.
- Andrade, M. E. M. C., Silva, D. M. & Malaquias, R. F. (2013). Escolhas Contábeis em Propriedades Para Investimento. *Revista Universo Contábil*, Santa Catarina, 9 (3), 22-37.
- Antunes, G. A., Teixeira, A. J., Costa, F. M. & Nossa, V. (2010). Efeitos da adesão aos níveis de governança da Bolsa de Valores de São Paulo na qualidade da informação contábil. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 3 (1), 109-138.
- Augustinho, S. M., Oliveira, A. G. & Guimarães, I. A. (2015). Disclosure e Accountability nas Demonstrações Contábeis Públicas como Instrumentos de Controle Social. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 9 (2), 182-199.
- Barbosa, J. S., Scherer, L. M., Scarpin, J. E. & Murcia, F. D. (2015). Construção de métrica para avaliação da qualidade da informação contábil sob a ótica de analistas fundamentalistas. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9 (24), 42-55.
- Batista, F. F., Prado, A. G. S., Machado, M. R. & Paulo, E. (2013). Uma análise da mensuração e evidenciação de propriedades para investimento nas companhias brasileiras do setor de exploração de imóveis. *Revista Ambiente Contábil*, 5 (1), 281-299.
- Beuren, I. M. & Angonese, R. (2015). Instrumentos para determinação do índice de evidenciação de informações contábeis. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 8(1), 120-144.
- Brandão, I. F., Assunção, R. R., Ponte, V. M. R. & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Fatores determinantes do disclosure de guidance das companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 10(21), 87-114.
- Camargo, R. C. C. P., & Alberton, L. (2015). A Percepção dos Usuários sobre Materialidade: Mapeamento e Análise Sistêmica da Literatura. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(3), 1-24.
- Christensen, H. B., & Nikolaev, V. (2009). Who uses fair value accounting for non-financial assets after IFRS adoption. Working Paper. Chicago Business School, 26, 1-469.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K. & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da qualidade da informação contábil frente a implementação dos IFRS: uma pesquisa baseada nos periódicos internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6 (2), 7-20.
- Conceição, L. C. P. (2009). A opção pelo "justo valor" como método de avaliação de activos na adopção das IAS/IFRS em Portugal: uma análise exploratória. Dissertação de Mestrado, Departamento de Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Costa, T. A., Silva, A. H. C. & Laurencel, L.C. (2013). Escolha de práticas contábeis: um estudo sobre propriedades para investimento em empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 7 (18), 26-36.
- Cox, R. A. K., Dayanandan, A. & Donker, H. (2014). Materiality disclosure and litigation risks: A Canadian perspective. *International Journal of Disclosure & Governance*, 11, 284-298.

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Orientação Técnica OCPC 07, de 26 de setembro de 2014. *Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*. Recuperado em 11 janeiro, 2018 de <http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 28, de 26 de junho de 2009. *Propriedade para investimento*. 2009. Recuperado em 5 janeiro, 2018 de <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC%2028.pdf>>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 00, de 15 de dezembro de 2011. *Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro*. Recuperado em 07 janeiro, 2018 de <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>.
- Fipecafi. (2010). *Manual de contabilidade societária*: aplicável a todas as empresas de acordo com as normas internacionais e do CPC. 3º ed. São Paulo: Atlas.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da contabilidade*. 1º ed. São Paulo: Atlas.
- Holanda, S. S. P. (2015). *Investigação da relação entre Disclosure, Materialidade e Origem Legal dos países: um estudo de Transações com Partes Relacionadas*. Dissertação de Mestrado em Administração e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- International Accounting Standards Board. *Discussion paper DP/2013/1 a review of the conceptual framework for financial reporting*, de 14 de janeiro de 2014. Recuperado em 19 janeiro, 2018 de <<http://www.ifrs.org/projects/work-plan/conceptual-framework/comment-letters-projects/dp-review-of-conceptual-framework>>
- Iudícibus, S., Lopes, A. B. (2004). *Teoria avançada da contabilidade*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Jizi, M. I., Salama, A., Dixon, R. & Stratling, R. (2013). Corporate governance and corporate social responsibility disclosure: evidence from the US banking sector. *Journal of Business Ethics*, 125 (4), 601-615.
- Kaveski, I. D. S., Carpes, A. M. S. & Klann, R. C. (2015). Determinantes do Nível de Conformidade das Evidenciações Relativas ao CPC 27 em Empresas do Novo Mercado da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 14(41), 33-45.
- Leite, D.U. & Pinheiro, L.E.B. (2014). *Disclosure do ativo intangível: um estudo nos clubes de futebol brasileiros. Enfoque: reflexão contábil*, 33(1),89- 104.
- Lima, G. A. S. F.(2007). *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lopes, A. B., Martins, E.(2005). *Teoria da Contabilidade*. 5ª. ed .São Paulo: Atlas.
- Magro, C. B. D., Manfrol, L., Cunha, P. R. & Nogueira, R. (2015). Fatores explicativos do nível de disclosure voluntário de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Registro Contábil – RECONT*, 6(1), 92-109.
- Mapurunga, P. V. R., Moraes, C. R. F., Ponte, V. M. R.; Rebouças, S. M. D. P. & Carneiro, A. R. A. (2015). Disclosure de Informações acerca do Pagamento baseado em Ações e sua Associação com os Atributos das Firms. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18 (1), 5-25.
- Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., Coelho, A. C. D. & Meneses, A. F. (2011). Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 263-278.
- Maria Junior, E., Albino, D. Z., Rodrigues, R. P., Corrêa, V. S., & Debortoli, G. (2018). Adequação de Empresas do Mercado de Capitais ao CPC 28 (Propriedades para Investimento) . *Gestão & Regionalidade*, 100(34), 145-160.
- Marquezan, L. H. F., Seibert, R. M., Bartz, D., Barbosa, M. A. G. & Alves, T. W. (2015). Análise dos Determinantes do Disclosure Verde em Relatórios Anuais de Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 18 (1), 127-150.
- Martins, E., Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S. (2013). *Manual de contabilidade Societária*: aplicável a todas sociedades. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas.
- Mazzioni, S., Politelo, L., Moreira, W. J. & Klann, R. C. (2014). Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (*impairment test*) em empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 11(4), 276-291.
- Meek, G. K., Roberts, C. B. & Gray, S. J. (1995). Factors Influencing Voluntary Annual Report Disclosures by U.S., U.K. and Continental European Multinational Corporations. *Journal of International Business Studies*, 26 (3), 555-572.
- Mota, A. F., Brandão, I. F. & Ponte, V. M. R. (2016). Disclosure e materialidade: evidências nos ativos intangíveis dos clubes brasileiros de futebol. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 15(1), 175-200.

- Moura, G. D., Varella, P. S. & Beuren, I. M. (2014). Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(5), 140-170.
- Murcia, F. D., Fávero, L. P. L., Rover, S., Lima, G. A. S. F. & Lima, I. (2008). 'Disclosure Verde' nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. *Revista UnB Contábil*, 11(1-2), 260-278.
- Murcia, F. D., & Santos, A. (2010). Teoria do disclosure discricionário: evidências do mercado brasileiro no período 2006-2008. *Anais do Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis*, Natal, RN, Brasil, 4.
- Sousa, F. C. O., Mapurunga, P. R.V., Ponte, V. M. R.. (2014). Aderência ao disclosure Relativo à ajuste a valor presente nas empresas listadas na Bm&Fbovespa. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8 (21), 14-24.
- Owusu-Ansah, S. (1998). The impact of corporate attributes on the extent of mandatory disclosure and reporting by listed companies in Zimbabwe. *The International Journal of Accounting*, 33 (1), 605-631.
- Rover, S., Borba, J. A. & Murcia, F. D. R. (2009). Características do disclosure ambiental de empresas brasileiras potencialmente poluidoras: análise das demonstrações financeiras e dos relatórios de sustentabilidade do período de 2005 a 2007. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 7(2). 23-36.
- Rufino, M. A. & Monte, P. A. (2014). Fatores que Explicam a Divulgação Voluntária das 100 Empresas com Ações Mais Negociadas na BM&Fbovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3), 59-75.
- Santana, A. G., Teixeira, S. A., Cunha, P. R. & Bezerra, F. A. (2014). Auditoria Independente e a Qualidade da Informação na Divulgação das Demonstrações Contábeis: estudo Comparativo entre Empresas Brasileiras Auditadas pelas Big Four e não Big Four. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 70-87.
- Santana, L. M., Góis, A. D., De Luca, M. M. M. & Vasconcelos, A. C. (2015). Relação entre Disclosure Socioambiental, Práticas de Governança Corporativa e Desempenho Empresarial. *Revista Organizações em Contexto*, 11 (21), 49-72.
- Souza, F. Ê. A., Botinha, R. A., Silva, P. R., & Lemes, S. (2015). A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 26(68), 154-166.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on Disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32, 97-180.

DADOS DOS AUTORES

Régis Barroso Silva

Mestre em Administração e Controladoria pela FEAAC/UFC
Coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica do Centro Universitário Christus - Unichristus
Endereço: R. João Adolfo Gurgel, 133 - Cocó.
CEP: 60.190-060 – Fortaleza/CE – Brasil
E-mail: regis.silva@alu.ufc.br
Telefone: (85) 3265-8100

Bruno Goes Pinheiro

Mestre em Administração e Controladoria pela FEAAC/UFC
Professor da Graduação em Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Fanor | Wyden (UniFanor | Wyden)
Endereço: Rua Antônio Gomes Guimarães, 150 - Papicu
CEP: 60191-195 – Fortaleza/CE – Brasil
E-mail: brunogoesp@gmail.com
Telefone: (85) 3003-4430

Vera Maria Rodrigues Ponte

Doutora em Contabilidade pela FEA/USP

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Avenida da Universidade, 2431 – Benfica.

CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: vponte@fortalnet.com.br

Telefone: (85) 99104-9101

Sylvia Rejane Magalhães Domingos

Mestre em Administração e Controladoria pela FEAAC/UFC

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Endereço: Avenida da Universidade, 2431 – Benfica.

CEP: 60.020-180 - Fortaleza/CE – Brasil

E-mail: sylvia_rejane@hotmail.com

Telefone: (85) 99676-5515

Contribuição dos Autores:

Contribuição	Régis Silva	Bruno Pinheiro	Vera Ponte	Sylvia Domingos
1. Concepção do assunto e tema da pesquisa	√	√	√	
2. Definição do problema de pesquisa	√	√		
3. Desenvolvimento das hipóteses e constructos da pesquisa (trabalhos teórico-empíricos)	√	√		
4. Desenvolvimento das proposições teóricas (trabalhos teóricos os ensaios teóricos)				
5. Desenvolvimento da plataforma teórica	√	√	√	√
6. Delineamento dos procedimentos metodológicos	√	√	√	√
7. Processo de coleta de dados	√	√		√
8. Análises estatísticas		√		
9. Análises e interpretações dos dados coletados	√	√	√	√
10. Considerações finais ou conclusões da pesquisa	√	√		√
11. Revisão crítica do manuscrito	√	√	√	√
12. Redação do manuscrito	√	√		√